

Tocqueville: sobre a erosão do solo social e político democrático¹

Helena Esser dos Reis

UFG/CNPq

RESUMO

Tocqueville considera que formas autoritárias de governo podem encontrar apoio entre os cidadãos dos “tempos democráticos”. Argumenta que a erosão das condições sociais e políticas não é fruto de uma ação opressiva externa, mas algo que atravessa as relações sociais e políticas. Mantendo formalmente, ou em aparência, certas condições de igualdade e liberdade, que se coadunam aos interesses dos indivíduos, a própria democracia pode abrir espaço para o surgimento de diversas formas de desigualdade e a opressão. Com base no autor, propomos discutir esse fenômeno que tende a fazer emergir desde dentro da própria democracia formas sociais e políticas violadoras.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia; autoritarismo; desigualdade; opressão; condições sociais e políticas.

ABSTRACT

Tocqueville considers that authoritarian forms of government can find support among citizens in “democratic times”. He argues that the erosion of social and political conditions is not the result of external oppressive action, but something that cuts across social and political relations. Maintaining formally, or in appearance, certain conditions of equality and freedom, which are in line with the interests of individuals, democracy itself can open space for the emergence of various forms of inequality and oppression. Based on the author, we propose to discuss this phenomenon that tends to give rise to violating social and political forms emerging from within democracy itself.

KEY WORDS

Democracy; authoritarianism; inequality; oppression; social and political conditions.

¹ A primeira versão do presente artigo foi apresentada na Mesa Redonda: *Democracia e Autoritarismo* no XIX Encontro da ANPOF, realizado em Goiânia, em outubro de 2022.

O solo é a parte exterior da crosta terrestre, que resulta de decomposição de rochas, de animais, de vegetais e da ação dos climas por milhares de anos, tornando possível o desenvolvimento da vida nos diversos ecossistemas. Talvez por isso a palavra solo é usada para descrever um lugar seguro, uma base comum, compartilhada. Ao utilizar a expressão “erosão do solo” pretende-se metaforicamente introduzir a ideia da sua alteração e chamar atenção a um processo de deterioração que, embora não seja inapropriado ao solo, na medida em que decorre da ação natural (chuvas, ventos, clima), tende a ser acelerado pela ação humana que o desfigura. Ao transpor esta ideia ao “solo social e político democrático”, o que se quer discutir é: por que a ação dos cidadãos pode desfigurar a democracia? Partindo do suposto toquevilleano que *democracia*² deve ser entendida com base em condições sociais e políticas de igualdade e liberdade, vê-se em diversos países do mundo contemporâneo a dissimulação destas condições. A aparência substitui a efetividade, ou seja, mantendo a formalidade das “regras do jogo” diversos governos anti-democráticos surgem com forte apoio popular. O “best-seller” *Como as democracias morrem* de Levitsky e Ziblatt, é um exemplo de uma farta produção acadêmica que busca compreender a erosão democrática, a qual, afirmam:

acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos. Tomado individualmente, cada passo parece insignificante – nenhum deles aparenta de fato ameaçar a democracia. Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por cortes supremas. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável –, como combater a corrupção, “limpar” as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 81)

A democracia está em risco não por uma ação opressiva externa à estrutura democrática, mas em vista de algo que atravessa amplamente as relações sociais e políticas rasgando o solo comum da democracia e abrindo espaço para o surgimento de novas formas de desigualdade e a opressão. Diversos governantes, mundo à fora, nutriram e estimularam a desconfiança das pessoas em relação à capacidade da democracia enfrentar os graves problemas econômicos, sociais, ambientais, migratórios, entre tantos outros foram minimizadas, retirando deles a dimensão propriamente social e política

² Uma das dificuldades que encontramos ao ler Tocqueville é o fato de ele atribuir à palavra “democracia” mais de um sentido, contudo dois sentidos se destacam: a igualdade de condições e a soberania do povo, que manifestam um aspecto social e um aspecto político. Sobre as várias significações atribuídas por Tocqueville à palavra “*démocratie*” veja Livey, Jack. *The social and political thought of Alexis de Tocqueville*. Oxford: Clarendon Press, 1962. (pp. 49-50) Veja também: Schleifer, James. *Cómo nació “la democracia en América” de Tocqueville*. México: Fondo de cultura Económica, 1984. cap. XIX: “Algunos significados de *démocratie*”.

e transformando em questões de preferência individual e meramente gerenciais. O descaso com a democracia vem acompanhado da crença de que basta uma boa administração para alcançar resultados satisfatórios aos indivíduos. Aqui no Brasil, como em outros países, a privatização do espaço político abriu caminho para a ascensão de líderes autoritários, cuja violência se manifesta pela negação do conflito, pela inviabilização do debate, pela exclusão de toda divergência.

É sobre o estranho fenômeno de erosão dos princípios democráticos e do surgimento de formas autoritárias desde dentro da própria democracia que o pensamento de Alexis de Tocqueville pode auxiliar nosso entendimento. Já no início do séc. XIX, em *A Democracia na América*, o autor apresenta um estranho vínculo entre democracia e formas despótica e tirânica de governo. Ele argumenta que mantendo certas condições sociais e políticas democráticas, pelo menos formalmente ou em aparência, formas autoritárias³ de governo encontram apoio entre os cidadãos. Estes

consolam-se por ser tutelados, pensando que eles mesmos escolheram seus tutores. Cada indivíduo suporta ser fixado, porque vê que não é um homem nem uma classe, mas o próprio povo que segura a ponta da corrente. (Tocqueville, 1992, p. 838; tradução nossa⁴)

Entretanto, chegado a este ponto de subordinação, difícil seria acreditar na capacidade de discernimento político e compromisso público que faculta a cada pessoa a escolha sábia daqueles para quem delegam o exercício dos poderes democráticos.

Em que pese esta constatação, Tocqueville faz uma defesa audaciosa da democracia, pois teve a coragem de assumir os valores democráticos de igualdade e liberdade mesmo sabendo que o Estado democrático carrega, dentro de si, a possibilidade da desigualdade social e do despotismo político. É neste sentido que seu pensamento é inspirador e, portanto, essa é a razão pela qual o tomo por base para esta investigação.

Expectativa de democracia

Nascido em Paris durante a época napoleônica, no seio de uma família nobre bastante comprometida com os valores aristocráticos e com a restauração monárquica,

³ A palavra “autoritário” não é usada diretamente por Tocqueville para se referir às formas de governos não democráticos, ele dá preferência à palavras como tirania e despotismo. A utilização desta palavra no texto busca simplificar a linguagem e resguardar, em acordo com Mario Stoppino (autor do verbete “Autoritarismo” no Dicionário de Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquale), de modo muito resumido, o sentido de um sistema político que privilegia a autoridade do governo em detrimento de possíveis consensos populares, cuja consequência é concentrar o poder político nas mãos de uma só pessoa ou órgão e colocar em posição secundária as instancias representativas (p. 94-104)

⁴ Todas as citações de Tocqueville são traduções nossas feitas a partir das obras citadas na língua original.

já na juventude Alexis de Tocqueville não compartilhava os mesmos sentimentos políticos que seus familiares. A formação acadêmico-liberal despertou no jovem aristocrata uma curiosidade que o instigou a conhecer mais profundamente a democracia, apesar dos graves revezes causados pelo governo revolucionário à condição de vida da nobreza. Circunstâncias políticas decorrentes da *Monarchie de Juillet* precipitaram, então, uma viagem de Tocqueville aos Estados Unidos⁵. Aos 25 anos de idade, curioso com a nova situação social e política existente na América, em momento e propósito oportunos, obteve apoio do governo francês para ir aos Estados Unidos matar sua curiosidade.

Em nove meses de viagens, entrevistas, observações, naquele país, afirma na introdução ao livro escrito como relato e reflexão sobre sua fascinante jornada pelo país no qual a democracia era uma realidade, que “entre os novos objetos” que mais chamaram a sua atenção “nenhum me impressionou mais do que a igualdade de condições” (*Ibid*, p. 3). Esta característica – a igualdade de condições – torna-se, no pensamento tocquevilleano, a característica peculiar e distintiva do estado democrático em relação ao Antigo Regime aristocrático.

Nos primeiros capítulos de *A Democracia na América*, em seguida à descrição da configuração da geográfica, o autor apresenta a origem e a situação social dos “anglo-americanos”⁶, afirmando, desde o início, que a igualdade de condições que se impõe e inviabiliza qualquer elemento aristocrático naquele país.

O tempo, os acontecimentos e as leis tornaram o elemento democrático, não apenas preponderante, mas único por assim dizer. Nenhuma influência de família, nem de grupos podem ser percebidas; não se pode perceber nem mesmo influências individuais, mesmo que pouco duráveis. A América apresenta então, em seu estado social, o mais estranho fenômeno. Os homens aí se mostram mais iguais por sua fortuna e por sua inteligência, ou, em outras palavras, mais igualmente fortes do que o são em qualquer outro país do

⁵ Após Carlos X ter sido obrigado a abdicar e Luis Felipe de Bourbon, o “Rei Burguês”, assumir a Coroa, todos os nobres à serviço do estado tiveram que fazer juramento ao novo rei. Hervé de Tocqueville, pai de Alexis, recusou-se e retirou-se da política. Alexis, ao contrário, fez o juramento causando algum desconforto no âmbito familiar. A fim de afastar-se desta situação, juntamente com Gustave de Beaumont amigo e colega no Tribunal de Versailles, obtiveram o apoio do novo governo para realizar uma viagem aos Estados Unidos e estudar o avançado sistema penitenciário lá existente. Mais do que recursos financeiros, os dois jovens nobres, receberam cartas de apresentação como “representantes do governo francês” que lhes permitiu amplo acesso a instituições, documentos, governantes, funcionários e ao povo em geral podendo, desde modo, estudar a democracia nascente.

⁶ Utilizo a expressão “anglo-americanos” para chamar atenção ao fato de Tocqueville, ao longo de *A Democracia na América*, referir-se sempre à igualdade de condições apenas entre os “anglo-americanos” e, apesar do seu entusiasmo, já no livro publicado em 1835 (segunda parte, capítulo X: Algumas considerações sobre o estado atual e o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos) denuncia a desigualdade social e opressão política à qual negros e indígenas estavam submetidos.

mundo, e do que o foram em qualquer outro século do qual a história guarde lembrança. (*Ibid*, p. 58)

Em que pese a igualdade originária dos “anglo-americanos”, ou seja, dos emigrantes que buscavam melhores condições materiais e de mais liberdade para professar sua fé religiosa, Tocqueville percebe, também entre as sociedades europeias, um movimento que desestabiliza a antiga sociedade baseada no “valor do nascimento” e pouco a pouco vai tornando as pessoas mais iguais. Na introdução de *A Democracia na América*, sem grandes elucubrações teóricas, convida seus leitores ao esforço de retornar setecentos anos para o passado e observar a Europa, em especial a França.

Se, a partir do século XI, examinarem o que se passa na França de cinquenta em cinquenta anos, ao final de cada um desses períodos, não deixarão de perceber que uma dupla revolução se operou no estado da sociedade. O nobre teria descido na escala social, o plebeu nela teria subido; um desce outro sobe. Cada meio século os aproxima e em breve eles se encontrarão. (*Ibid*, p. 6)

Argumenta apresentando pequenas e constantes transformações técnicas, sociais, econômicas, culturais, políticas⁷ que, acredita, concorreram para alterar as condições de vida. Defende, portanto, que mesmo as antigas sociedades aristocráticas europeias estão submetidas a uma “grande revolução democrática” realizada por um irrefreável vir-a-ser da igualdade de condições.

Este novo estado social, que tanto impressiona Tocqueville, não se restringe à eliminação de barreiras entre nobres e plebeus ou a uma melhor distribuição das riquezas, mas apresenta-se como um conjunto de fatores diversos e entrelaçados que se alastram no mundo parecendo até mesmo “uma realidade providencial”⁸. Tal conjunto fica evidenciado na observação que faz dos anglo-americanos, entre os quais, desde a origem, não havia grandes desigualdades: eram todos plebeus de origem inglesa com razoável semelhança econômica e cultural. Chegados ao novo

⁷ Tocqueville encontra na história uma série de acontecimentos que contribuíram para o vir-a-ser da igualdade de condições, apesar de não objetivarem isso. Alguns exemplos: “As Cruzadas e as guerras inglesas dizimam os nobres e lhes dividem as terras; a instituição das comunas implanta a liberdade democrática no seio da monarquia feudal; a descoberta da arma de fogo iguala plebeu e nobre no campo de batalha; a imprensa oferece iguais recursos à inteligência deste e daquele; o correio vem trazer luz à soleira da cabana do pobre assim como à porta do palácio [...]” (Tocqueville, 1992, p. 6)

⁸ Na introdução de *A Democracia na América*, publicada em 1835, Tocqueville utiliza não apenas a expressão citada, como insiste que os diversos acontecimentos que promovem o vir-a-ser da igualdade de condições ocorrem de modo independente da vontade dos homens. Tanto aqueles que a desejam como aqueles que lutam contra ela não passam de “instrumentos cegos nas mãos de Deus” (p. 7). Contudo, cerca de vinte anos mais tarde, quando escreve *O Antigo Regime e a Revolução*, esta tese aparece enfraquecida. Sua tarefa neste livro é buscar entender as causas da Revolução e, para isso, investiga as ações e instituições buscando desvelar as razões que fizeram da França o local de eclosão da “grande revolução”.

mundo, as necessidades cotidianas estimularam o convívio e contribuíram para o compartilhamento de vivências, culturas, ideias, valores, costumes. Nestas condições, a estrutura social se desenvolveu com base na igualdade material, em vista da igual partilha das heranças e da possibilidade de mobilidade social. A alfabetização obrigatória para todas as crianças levou meninos e meninas às escolas. O ensino médio e técnico era também amplamente acessível visando à formação dos trabalhadores. A generalidade das leis, o rigor das penas e o zelo das instituições jurídicas, foi responsável por estender a todo cidadão anglo-americano os mesmos direitos e deveres civis e sociais estabelecendo a igualdade jurídica. Iguais em tantos aspectos, a igualdade penetra também na esfera política. A participação direta de cada um nas decisões e nas ações da comuna em que vivem, mas também a possibilidade de intervirem nas diversas instituições administrativas, jurídicas e de representação política do Estado fomentam o sentimento de integração ao corpo político. E, ainda, um sentimento de igualdade, criado pela opinião pública, que transforma as relações entre as pessoas, como explica Jean-Claude Lamberti:

quando o sentimento de igualdade existe, todas as relações humanas são transformadas. Os homens descobrem então sua natureza comum, e o fundamento moral torna-se sensível a todos. A igualdade da qual fala Tocqueville não deve ser procurada nas comparações econômicas ou mesmo numa igual repartição do poder entre todos os homens, mas antes de tudo neste poder de dar às relações humanas uma outra significação. (Lamberti, 1983. p. 66; tradução nossa)

É neste sentido que a igualdade de condições é o “fato gerador” (Tocqueville, 1992, p. 3) de onde decorrem opiniões, sentimentos, práticas que criam uma nova ordem social e política. Essa igualdade se manifesta na soberania do povo, pois, afirma, “cada indivíduo é julgado tão esclarecido, tão virtuoso, tão forte quanto qualquer outro de seus semelhantes” e “constitui uma porção igual do soberano” (*Ibid*, p.70).

Assim, a perspectiva tocquevilleana compreende a democracia a partir de duas exigências complementares: igualdade de condições e soberania do povo. As condições sociais e políticas são, portanto, apenas dois aspectos – inseparáveis – da sua concepção de democracia. Neste sentido, afirma Pierre Manent, que “a distinção entre a sociedade civil e a instituição política não é fundamental”, visto que não se distinguem uma da outra senão “para realizar um mesmo projeto [...] que envolve a maior parte das ações humanas” (Manent, 1987, p. 226; tradução nossa).

A contra-expectativa

Se Tocqueville valoriza a experiência democrática dos anglo-americanos é por considerar que os Estados Unidos representam, no início do século XIX, a forma mais acabada da democracia, onde – diz ele – “podemos esperar apreciar o dogma da soberania do povo *em seu justo valor*” (Tocqueville, 1992, p. 60; grifo meu). A expressão “justo valor” não é casual, com ela Tocqueville afirma a relação intrínseca entre o âmbito social e o político, mas deixa perceber que pode ser diferente, ou seja, que a democracia “se presta quase tão facilmente à soberania do povo quanto ao poder absoluto de um só” (*Ibid*, p. 58).

Embora admita que, em um “ponto extremo”⁹ ideal, a liberdade e a igualdade se entrelaçam e, então, todos os cidadãos são igualmente partícipes das decisões e ações políticas impedindo que alguém sintam-se desigual e subordinado frente aos demais. Por outro lado, insiste que existem ainda “mil outras formas [de relação entre a liberdade e a igualdade] que, sem ser tão perfeitas, não são menos caras a tais povos” (*Ibid*, p. 607).

Tocqueville não é um idealista, esse “ponto extremo para o qual tendem os povos democráticos” (*Ibid*, p. 607), não ocupa seu pensamento. Ele se dedica à investigação das tensões que existem e dificultam a realização das democracias. Se, no primeiro tomo de *A Democracia na América* argumenta que o vir-a-ser da igualdade de condições escapa à determinação humana, como se as mudanças sociais fossem implementadas pela própria providência, as viagens que empreende pela Inglaterra e Irlanda, e suas vivências como deputado francês o fazem mudar o tom. Frente a miséria dos indigentes e mesmo dos trabalhadores rurais e das indústrias nascentes, Tocqueville reavalia o vir-a-ser da igualdade de condições: “Em oposição a uma irresistível progressão da democracia, é preciso então aceitar que o “estado social” democrático, talvez, não tenha penetrado em todos os domínios da sociedade” (Kesslassy, 2020, p. 94). Embora mantenha-se fiel à sua concepção inicial que as condições sociais são o fato gerador de tudo o mais, suas novas experiências fizeram amadurecer as explicações para a série de desarranjos no tecido social que repercutem no âmbito político.

Mesmo no capítulo 20: “Como a aristocracia poderia nascer da indústria” de *A Democracia na América* (Livro 2, parte 2), Tocqueville observa que entre os anglo-

⁹ Afirma Tocqueville: “Podemos imaginar um ponto extremo em que a liberdade e a igualdade se toquem e se confundam. Suponhamos que todos os cidadãos contribuam para o governo e que cada um tenha igual direito de contribuir. Como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão todos perfeitamente livres porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para este ideal que tendem os povos democráticos.” (Tocqueville, 1992, p. 607)

americanos, que desfrutaram de relativo equilíbrio entre a igualdade e a liberdade, a divisão de trabalho na indústria nascente produz não só objetos mais baratos e acessíveis a um maior número de pessoas, mas também produz duas classes sociais antagônicas. Na medida em que as condições de vida tornam-se mais iguais entre os trabalhadores, a classe industrial separa-se deles até o ponto em que já nada resta que os assemelhe, apenas uma dependência “continua, estreita e necessária”, na qual um parece “ter nascido para mandar” e o outro “para obedecer”. (Tocqueville, 1992, p. 673). Se todos são legalmente cidadãos, as condições econômicas reais reestabelecem a hierarquia social e política encarregando-se, uma vez mais, de promover a desigualdade e a opressão entre os cidadãos.

Foi em vão que as leis e os costumes quebraram em torno desse homem todas as barreiras e lhe abriram de todos os lados mil caminhos diferentes para a fortuna; uma teoria industrial mais poderosa que os costumes e as leis prendeu-o a um ofício e, muitas vezes a um lugar que não pode mais deixar. (*Ibid*, p.672)

Nas cidades, a revolução industrial que permitiu a produção de bens de consumo em larga escala e muito mais acessíveis, produziu também o luxo, o supérfluo e novamente uma profunda oposição entre duas classes, não mais entre nobres e plebeus, mas entre ricos e pobres. Chocado com as condições de opulência e miséria existentes nas cidades industriais inglesas, Tocqueville escreve em suas notas de viagem: “O dinheiro é o verdadeiro poder. [...] A riqueza deu o usufruto material, o poder, e também a consideração, a estima, o prazer intelectual. Em todos os países parece uma infelicidade não ser rico”. (*Idem*, 1991, p. 512).

O privilégio da riqueza reintroduz a desigualdade e repercute em todas as relações influenciando, como vimos já a introdução de 1835, os costumes políticos, as leis, a sociedade civil e o governo. A riqueza como condição indispensável para as pessoas acessarem qualquer direito civil ou político, é o fato brutal que Tocqueville observa em sua segunda viagem à Inglaterra e Irlanda. Se os cargos, posições e direitos não são diretamente comprados, o acesso é sempre oneroso. É preciso pagar estudos, pagar campanha política, pagar advogados, pagar fiança... e conclui:

os ingleses deixaram aos pobres apenas dois direitos: o de ser submetido à mesma legislação que os ricos e de igualar-se a eles adquirindo riqueza igual. Entretanto, esses dois direitos são mais aparentes do que reais, pois é o rico que faz a lei e que cria, em seu proveito ou de seus filhos, os principais meios de adquirir a riqueza (*Ibid*, p. 479).

A riqueza ou a pobreza das pessoas legalmente livres e iguais repercute no âmbito político. Se as barreiras que separavam nobres e plebeus foram derrubadas e já nada

impede que todas as pessoas participem das decisões políticas, a nova situação social as carrega para a busca de bem-estar material. No capítulo X: Do gosto pelo bem-estar material na América (*Democracia na América*, Livro 2, parte 2), Tocqueville argumenta que “o cuidado de satisfazer as menores necessidades do corpo e prover as pequenas comodidades da vida preocupa universalmente os espíritos” (*Idem*, 1992, p. 641). Tudo se passa como se a promessa desta nova condição se resumisse à possibilidade de acesso aos prazeres materiais com os quais preenchem sua vida. Encantados com sua medíocre fortuna, afirma Tocqueville, este materialismo “acaba por ocultar-lhes o resto do mundo” (*Ibid*, p. 645).

Voltados sobre si mesmos em busca dos próprios interesses, cada indivíduo passa a acreditar que é capaz de bastar a si mesmo dispondo-se a abandonar “voluntariamente” a coletividade da qual é parte. Trata-se, segundo Tocqueville, de um “juízo errôneo” acerca de seus compromissos públicos. (*Ibid*, p. 612). Esse individualismo tende a ser ainda pior ao cabo de uma revolução democrática, pois embora a desigualdade seja revogada, a relação de senhores-servos anterior se preserva tantos nos ódios e ressentimentos quanto nas diferenças de patrimônio e luzes, que só depois de algumas gerações e muitas intervenções de políticas públicas¹⁰ poderão equilibrar-se. Portanto, afastando qualquer influência ou ascendência de uns sobre os outros, os indivíduos voltam-se à busca de seus interesses privados e aceitam voluntariamente submeter todos os seus projetos à administração pública.

Nestas condições se estabelece “uma espécie de materialismo honesto que não corromperia as almas, mas as abrandaria e acabaria por relaxar sem ruído todas as suas molas” (*Ibid*, p. 646). A crítica tocquevilliana recai sobre a honesta ocupação cotidiana de cada um para provimento da vida confortável, a qual, destaca Pierre Gibert, também pode violar a humanidade¹¹. Entre os muito ricos e os muito pobres a nova sociedade deu origem a uma grande classe média medíocre e entediada, mas tão apegada às suas pequenas propriedades que “não percebem mais o estreito laço que une a fortuna particular de cada um deles à prosperidade de todos. Não é ne-

¹⁰ Jean-Louis Benoît destaca que as viagens à Inglaterra e Irlanda marcaram profundamente o pensamento e a atuação do deputado Alexis de Tocqueville, que propõe “substituir as instituições de caridade, oriundas do Antigo Regime, por um sistema de assistência legal e generalizada: o Estado deve legislar e ser o mestre das obras das grandes reformas econômicas, políticas e sociais; cabe ao poder central decidir a política social da nação e o departamento deve assegurar a implementação e a gestão” (BENOÎT, 2020, p. 30)

¹¹ Afirma Gibert: “[...] a democracia oculta em si mesma tanto risco de negação da pessoa humana quanto os regimes de tipo aristocrático.” (Gibert, 1971, p. 12) Ao final de *A Democracia na América* (Livro 2, parte 4, capítulo 6), depois de desenvolver sua crítica ao materialismo e a individualismo, ao apresentar a espécie de governo autoritário que pode surgir nas democracias, afirma Tocqueville: “[...] não impedirá que [os indivíduos] percam pouco a pouco a faculdade de pensar, de sentir e de agir por si mesmos, e que não caiam assim gradualmente abaixo do nível de humanidade” (p. 839)

cessário tirar destes cidadãos os direitos que possuem; voluntariamente eles os deixam escapar” (*Ibid*, p. 653). As longas assembleias e as discussões políticas lhes parecem enfadonhas e de pouco proveito a estes homens tão ocupados com os interesses sérios da vida.

Formalmente livres e iguais estes indivíduos isolados uns dos outros, ordeiros e displicentes em relação ao poder público, pouco percebem a desigualdade e a opressão que se instaura em decorrência de suas decisões e ações. Tanto pior é ainda, afirma Tocqueville, “quando o gosto pelos prazeres materiais se desenvolve mais rapidamente do que as luzes e os hábitos da liberdade”, pois neste caso ocupados com o que consideram “os interesses sérios da vida” a participação política “lhes parece um contratempo desagradável”.

Caso se trate de escolher representantes, de dar mão forte à autoridade, de tratar em comum os assuntos comuns, o tempo lhe falta; não poderiam gastar esse tempo tão precioso em tarefas inúteis. [...] o lugar do governo fica como que vazio. Se, neste momento crítico, um ambicioso hábil vem tomar o poder, encontra aberto o caminho para todas as usurpações.” (*Ibid*, p. 653)

O gosto desmedido pelos prazeres materiais e o individualismo estão na raiz da apatia política e, conseqüentemente, da aceitação da desigualdade social e do desprezo pela participação política. Tanto no velho como no novo mundo, tanto no meio rural como nas cidades industriais, Tocqueville observa que o vir-a-ser da igualdade de condições que revogou a desigualdade e a opressão do antigo regime, não foi imune ao surgimento de novas formas de desigualdade e opressão. A riqueza e o privilégio de uns contrastam com a condição permanente de miséria e exclusão de grande parte da população.

Nos Estados Unidos, Tocqueville observa, que a tomada de posse da terra pelos anglo-americanos vem acompanhada da expulsão e do genocídio indígena, assim como do rapto e da escravização dos negros africanos. Na França, ainda que a revolução francesa tenha confiscado e vendido as terras dos nobres e da igreja liberando os camponeses de qualquer servidão, a propriedade da terra, na maior parte dos casos, apenas mudou de mãos – dos nobres e do clero para a burguesia nascente. Na Inglaterra e Irlanda a imensa miséria que se espalha entre os trabalhadores rurais e urbanos com o início da industrialização e da mecanização do campo. A harmonia entre os princípios de igualdade e liberdade democráticos não pode ser encontrada nem no velho nem no novo mundo dilacerados seja pela ruptura com a velha aristocracia opressora, seja pelo surgimento de uma nova desigualdade alicerçada exclusivamente no dinheiro e seja pela escravização, pelo genocídio e miséria dos traba-

lhadores. Entretanto – e isso é o que chama a atenção de Tocqueville - essas condições sociais não impedem que o povo seja nomeado de soberano, permitindo que se considere democracia formas muito distantes daquele “ponto extremo” ideal.

O que Tocqueville parece notar nas sociedades liberais nascentes no séc. XIX é que as condições sociais de igualdade possibilitaram que um grande número de pessoas chegassem a um grau conforto material e independência adequados para satisfazer suas módicas necessidades e gostos, mas também suficientes para separar uns dos outros, coloca-los em oposição e oprimi-los. Por um lado, se estabelece uma igualdade e uma liberdade formais entre as pessoas, que rompe com as cadeias hierárquicas do antigo regime e as torna independentes em relação a todo senhorio. As declarações de independência americana e de direitos do homem e do cidadão francesa expressam esta condição afirmando, por exemplo, na Declaração de 1776: “todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade” (Hunt, 2009, p. 219); ou, ainda, em 1789, “Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo as religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei” (*Ibid*, p. 227). Estes documentos expressam claramente princípios básicos daquilo que hoje conhecemos como estado democrático de direito.

Por outro lado, entretanto, o alcance performático destas declarações é bastante pequeno. A afirmação contida na declaração não encontra, no âmbito das relações sociais e políticas, uma ampla aceitação e realização. Como vimos, se os antigos vínculos hierárquicos entre as pessoas foram desfeitos tornando cada uma *individuo independente*, individualismo e o materialismo absorveram completamente os indivíduos “na procura de prazeres permitidos” (Tocqueville, 1992, p. 646), a igualdade de condições reduziu-se ao âmbito da formalidade jurídica, e o exercício da soberania do povo acomodou-se facilmente ao a novas formas autoritárias de governo.

Um autoritarismo *sui generis*

Quase com assombro Tocqueville compreende que formas autoritárias de governo enraízam-se em condições sociais e políticas próprias às democracias. Qualquer tirania ou despotismo de origem democrática difere radicalmente de qualquer forma despótica ou tirânica conhecida no passado: “Penso que o tipo de opressão pela qual os povos democráticos são ameaçados não parece com nada que precedeu no mundo, nossos contemporâneos não poderiam encontrar a imagem daqueles em seus soberanos” (*Ibid*, p. 836). Por esta razão reclama que as palavras despotismo e tirania já não são adequadas para caracterizar formas opressivas oriundas das democracias, considera que a falta de uma nova palavra para nomear impõe a tarefa de compreender o fenômeno e é neste sentido que ele procura “imaginar sob quais

traços novos o despotismo poderia ser produzido no mundo” (Ibid, p. 836). Apenas ao final do segundo tomo de *A democracia na América*, passados cinco anos de sua viagem à América nos quais estudou com as condições sociais e políticas do velho mundo, ele arrisca apresentar os traços desta nova espécie de despotismo: “seria mais amplo e mais brando e degradaria os homens sem atormentá-los” (Ibid, p. 835). E, segue logo adiante:

Vejo uma multidão de homens semelhantes e iguais, que sem repouso, se voltam sobre si mesmos para procurar de pequenos e vulgares prazeres, com os quais preenchem a alma. [...] Acima destes, eleva-se um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de garantir o seu prazer e velar sobre sua sorte. É absoluto, minucioso, regular, previdente e brando” (Ibid, pp. 836-7).

Estranho vínculo Tocqueville evidencia entre a democracia e formas despóticas e tirânicas. Desde que sejam mantidas certas “formas exteriores de liberdade”, Tocqueville reconhece que não seria impossível um governo autoritário “estabelecer-se à sombra da própria soberania do povo” (Ibid, pp. 837-8). Nem liberdade, nem igualdade, a degradação da democracia é consequência da erosão do tecido social e político em vista das desigualdades sociais e do esvaziamento da ação política que torna inviável não apenas o “ponto extremo”, mas qualquer democracia que se constitua como um espaço plural e participativo. A igualdade de condições e a soberania do povo são usurpadas com o consentimento dos próprios indivíduos.

Embora as leis e as instituições democráticas pareçam regular a vida em comum eliminando os conflitos que perturbam a convivência pública, Tocqueville recorda que “é através da boa ordem que todos os povos chegaram à tirania” (Ibid, p. 654). Não se trata de estimular a revolta, mas de entender que as formas de governo autoritárias que têm origem nas democracias diferem daquelas que existiram anteriormente. A democracia é violada pelo fechamento dos cidadãos em sua esfera privada que os faz desprezar seus compromissos políticos. É assim que as formas autoritárias surgem erodindo por dentro a própria democracia e se alastram espontaneamente, seja em vista da miséria, do materialismo, do individualismo, da falta de compromissos públicos... aniquilando a divergência e o pluralismo em nome da boa ordem social.

Não é raro ver então na vasta cena do mundo, assim como em nossos teatros, uma multidão representada por alguns homens. Estes falam sozinhos em nome de uma multidão ausente ou desatenta; apenas eles agem no meio da imobilidade universal; eles dispõem, segundo seu capricho, de todas as coisas, mudam as leis e tiranizam a seu bel-prazer os costumes; é surpreendente ver o pequeno número de fracas e indignas mãos em que pode cair um grande povo (Ibid, p. 654)

O autoritarismo não surge pelo exercício ou imposição de um poder externo e extremo, mas pela redução da vida e das relações ao âmbito do indivíduo. É neste sentido que os autoritarismos de origem democrática não têm paralelo com despotismos e tiranias anteriores: a desigualdade e o esvaziamento do espaço de ação conjunta, que transformam a política em mera gerência de interesses individuais, pavimentam o caminho para o surgimento de um poder autoritário.

Para finalizar

Seguramente não encontraremos nos textos de Tocqueville respostas aos nossos problemas, mas não há como deixar de reconhecer muitas semelhanças que permitem orientar o pensamento. Assim, resguardando as particularidades de cada época, o século XXI é marcado por grandes desigualdades e enormes polarizações ideológicas. Tudo ocorre sob aparência democrática, sob o regime das leis, com a participação dos cidadãos e das instituições. Entretanto, tal como Tocqueville percebeu já naquela época, o processo de erosão democrática supõe todo um conjunto de ações que contam com o apoio dos cidadãos e das instituições. As novas formas de autoritarismo surgem internamente e sob aparência democrática diferindo, absolutamente, das antigas formas de despotismo e tirania. Também difere de golpes – golpe militar como vivemos no Brasil na década de 60, por exemplo – que ocorrem desde fora da institucionalidade democrática. A forma autoritária de governo que se inaugura é gestada pela despolitização da vida em comum, pela erosão dos valores democráticos e republicanos – igualdade e liberdade, respeito à pluralidade, tolerância, participação.

Admitindo, então, com Tocqueville, que as condições sociais são o fato gerador de tudo o mais, a erosão democrática pode ser diretamente ligada à privatização da vida, à priorização dos interesses próprios, à busca insaciável de riquezas que fecham os indivíduos sobre si mesmos. A estas condições podemos acrescentar as pautas conservadoras dos costumes, que em nome da “boa ordem” do privado entram em cena pública reforçando a exclusão da pluralidade e do debate político. Além disso, acrescentamos, às condições sociais que caracterizam o Brasil, a herança colonial, a normalização da exclusão, da pobreza, do analfabetismo, do racismo, da falta de acesso e da violência. E, ainda, o acirramento de ódios típicos das sociedades muito desiguais. Por um lado, o espaço público se constituiu desde as capitâncias hereditárias como privilégio pessoal das elites. São estes que criam as leis e as instituições e seu benefício e, ainda, se permitem burlar quando elas não lhes convêm. Em consequência, por outro lado, o estado democrático de direito nunca chegou propriamente às periferias. Para grande parte da população que está à margem, pouca diferença faz se o governo promove ou não políticas públicas, pois só conhecem o estado

como violência. O autoritarismo, que tanto assombra uma parcela da sociedade brasileira, é cotidiano em muitos espaços privados e públicos do país.

Embora tenha origem na própria democracia, nenhum autoritarismo é democrático. É antes um parasita que cresce destruindo seu hospedeiro. Portanto, se Tocqueville afirma que o Estado social democrático pode conduzir a uma situação política despótica, ele não tem a menor intenção de validar confusão entre democracia e autoritarismo. Jean-Paul Mayer recupera uma anotação da época em que Tocqueville estava redigindo o *Antigo Regime e a Revolução*, na qual afirma que o sentido das palavras - democracia, instituições democráticas e governo democrático, “está intimamente ligado à ideia de liberdade política. Dar o epíteto de governo democrático a um governo onde a liberdade política não se encontra é um absurdo palpável, seguindo o sentido natural das palavras” (*Idem*, 1953, p. 198-9).

Não sem ironia podemos lembrar aqui as palavras do jovem Tocqueville nas primeiras linhas de *A Democracia na América*: “Logo reconheci que este mesmo fato [a igualdade ou desigualdade de condições] estende sua influência para muito além dos costumes políticos e das leis e que não tem menos domínio na sociedade civil que sobre o governo...” (*Idem*, 1992, p. 3). Para “esperançar”¹² a construção de um país democrático é preciso, portanto, começar por revogar as profundas desigualdades existentes.

Bibliografia

- Benoît, Jean-Louis. (2020) A evolução de Tocqueville sobre o problema da pobreza e do pauperismo. Tradução de Helena Esser dos Reis. In: Reis, Helena (Org.). *Democracia e Miséria*. 1ª edição, São Paulo: Almedina, pp. 15-37.
- Gibert, Pierre. (1971) “Fragile et nécessaire démocratie». *Projet. n. 51*, pp. 5-16.
- Hunt, Lynn. (2009) *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo : Cia das Letras
- Keslassy, Éric. (2020) 1835-1840 ou como a economia influencia o segundo volume de *A Democracia na América*. Tradução Helena Esser dos Reis. In: REIS, Helena (Org.) *Democracia e Miséria*. 1ª edição, São Paulo: Almedina, pp. 71-95.
- Lamberti, Jean-Claude. (1983) *Tocqueville et les deux democraties*. 1ª edição, Paris, PUF.
- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. (2018) *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar.

¹² Ressalto o sentido de ação conjunta, de construção das condições de possibilidade, de atribuído por Paulo Freire ao verbo “esperançar”.

- Lively, Jack. (1962) *The social and political thought of Alexis de Tocqueville*. Oxford: Clarendon Press.
- Manent, Pierre. (1987) *Histoire intellectuelle du libéralisme*. 1ª edição. Paris: Calmann-Levy.
- Scheleifer, James. (1984) *Cómo nació "la democracia en América" de Tocqueville*. Tradução de Rodrigo Ruza. 1ª edição. México: Fondo de cultura Económica.
- Stoppino, Mario. (1998) Autoritarismo. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicolla; Pasquino, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Coodenação da tradução João Ferreira. 1ª edição. Brasília: UnB, pp. 94-104.
- Tocqueville, Alexis de. (1953) *L'ancien regime et la revolution*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. 10. ed. T. II, v. 2: Fragments et notes inédits sur la révolution; texte établi et annoté par André Jardin. Paris: Gallimard.
- _____. (1991) *Voyage en Angleterre et Irlande; Mémoire sur le paupérisme*. In: _____. *Oeuvres*. T. I. Édition publiée sous la direction d'André Jardin. Paris: Gallimard, (Bibliothèque de la Pléiade).
- _____. (1992) *De la démocratie en Amérique*. In: _____. *Oeuvres*. T. II. Édition publiée sous la direction d'André Jardin. Paris: Gallimard, (Bibliothèque de la Pléiade).